



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10586 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 09 - Currículo

**REDES POLÍTICAS E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA: UMA ANÁLISE DA NOVA POLÍTICA CURRICULAR - BNC DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

Simone Gonçalves da Silva - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Mateus Arguelho da Cunha - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aline Gonçalves de Moura - UFPel - Universidade Federal de Pelotas

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul - FAPERGS

**REDES POLÍTICAS E AS NOVAS FORMAS DE GOVERNANÇA: UMA ANÁLISE DA NOVA POLÍTICA CURRICULAR - BNC DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES**

O objetivo deste texto é analisar as relações entre os sujeitos que articularam a política curricular BNC da formação de professores encontrados a partir do documento Parecer CNE/CP nº 22/2019, bem como suas relações com os atores do Movimento Profissão Docente e Instituto Canoa, que fizeram a pesquisa e o levantamento para subsidiar tal documento. A pesquisa tem como metodologia a etnografia de redes (BALL, 2014) e a atenção que deve ser dada à mudança no papel do Estado, com o advento da heterarquização, que institui novas formas de governança em educação (idem).

O Parecer CNE/CP 22/2019 é um documento consultivo que serviu de fundamentação para criação da resolução que define as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), aprovada no dia 20 de dezembro de 2019, pelo Conselho Nacional de Educação. Assim, apresentou-se com o objetivo de revisão e atualização das diretrizes anteriores que permeavam a formação docente, a saber Resolução CNE/CP 02/2015, fundamentada pelo Parecer CNE/CP 02/2015, como também as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, exaradas pelos pareceres 05/2005 e 03/2006. Tal documento propõe-se ao alinhamento das políticas educacionais que estão ora se desenhando na Educação Básica, a partir da implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Advoga-se, no Parecer 22/2019 do CNE, que, para o desenvolvimento das competências gerais da Educação Básica eclodidos

na BNCC tornarem-se realidade, devem-se ser alinhavadas novas normativas no que concerne à formação docente.

Nesse parecer, que serviu de fundamento para a Resolução CNE/CP 02/2019, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e instituiu a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), constam assinaturas de sujeitos ligados ao setor público e ao setor privado, o que põe em questão os jogos em disputa e as pautas elencadas por esses atores, uma vez que, dentro da literatura educacional, a educação tem-se mostrado um negócio lucrativo para o setor privado, e projetos em disputa colocam em xeque diversos alinhamentos na política educacional.

A reconfiguração do Estado, a partir do gerencialismo, tem trazido à tona sujeitos dentre os diversos segmentos da sociedade civil organizada com o intuito de incluir, no processo de decisão e de implantação das políticas, novos atores. Entretanto, apontam Avelar & Ball,

Os processos de decisão e sistemas de implementação que tinham o costume de ser principalmente executados pelo Estado, estão crescentemente dispersos em redes complexas de Instituições Não-Governamentais e Agências. Enquanto as fronteiras entre Estado, economia e sociedade civil têm sempre sido ralas e confusas, relações entre essas fronteiras têm assumido uma nova intensidade e estridência nos últimos 30 anos (AVELAR & BALL, 2017, p. 65).

Essa nova forma de configuração do Estado, o modelo de governança, está articulada ao neoliberalismo, com o aparente enxugamento do Estado e fortalecimento de poderes políticos à sociedade civil. A sociedade civil passa a ser representada pelo setor público não estatal, pelas organizações não governamentais, pelas instituições filantrópicas e comunitárias e agências internacionais, e por outras associações similares na resolução de problemas da sociedade, tendo um setor estatal com forma de gerir menos regulatória e centralizada (PETERS, MARSHALL, FITZSIMONS, 2004).

Portanto, novas relações entre Estado, sociedade e economia têm surgido e sido atuadas no contexto da reforma educacional. Essas mudanças produzem espaços para que novos atores surjam no contexto educativo e, assim, conduzam reformas conforme seu projeto societário. Ao compreender essas mudanças, e com essa lente, pretendemos apresentar como os atores que assinaram o Parecer CNE/CP 22/2019 constituem-se como elementos presentes dentro de conhecidas instituições não-estatais que vêm intervindo no cenário brasileiro, bem como os atores que fizeram o estudo mencionado neste parecer, o Instituto Canoa, financiado pelo Movimento Profissão Docente, que também coligam-se com esses sujeitos públicos e não-públicos. Para este fim, utilizamos a metodologia de etnografia de redes (Ball, 2014; 2016), bem como a compreensão de que essas redes formam novas formas de governança de rede e redes políticas (BALL, 2013, 2014; BALL; AVELAR, 2017; AVELAR, 2019; ROBERTSON; VERGER, 2012).

Inicialmente, apresentaremos o desenho metodológico da pesquisa - a metodologia de etnografia de redes - seu desenvolvimento, bem como seu resultado atingido que possibilita o desenho de uma rede, a ser apresentada e discutida. A discussão feita versará sobre os modos de intervenção desses atores no cenário educacional brasileiro, tanto individualmente como em conjunto. Por fim, o texto conclui com a observação sobre o movimento de padronização de políticas educacionais que tem sido levado a cabo, nacional e globalmente.

A etnografia de redes é um processo de pesquisa que consiste em

(...) um método de pesquisa em desenvolvimento (ou um conjunto de táticas e técnicas de pesquisa) (...). Envolve mapear, visitar e questionar e (...) seguir a política (...). A etnografia de rede envolve muita atenção às organizações e atores, e suas relações, atividades e histórias, dentro da política global de educação, aos caminhos e conexões que unem esses atores e às 'situações' e eventos nos quais o conhecimento de políticas é mobilizado e montado. Ou seja (...) lugares e eventos nos quais o passado, presente e potencial futuro da educação coexistem. [tradução livre] (BALL, 2016, p. 4).

Esse método abrange a realização de buscas ostensivas na internet de locais onde os atores têm se encontrado, das buscas dos projetos que têm feito em comum ou mesmo em parceria sobre a política estudada, bem como por mapear as relações entre eles. Isso nos leva à elaboração de um grafo, para melhor visualização dessas instituições e de suas relações. Essa metodologia de pesquisa nos permite visualizar as relações entre diferentes arenas, relações que não são comensuráveis, mas que são significativas (BALL, 2014).

O movimento de levantamento dos dados partiu do documento Parecer CNE/CP nº 22/2019, no qual procuramos mapear quem são os atores que estavam envolvidos com a pauta da BNC-Formação dentro do Conselho Nacional de Educação e suas afiliações institucionais para além dele. Dito isso, encontramos a rede 1, que apresenta esses resultados. Em seguida, fizemos a busca dos atores que estão ligados ao Movimento Profissão Docente e Instituto Canoa, com o objetivo de, também, compreender como essas duas instituições, junto com os atores do CNE, se coadunam, pois para subsidiar o parecer foi citada uma pesquisa do Instituto Canoa, encomendada pelo Movimento Profissão Docente. Tal fato não poderia ser desconsiderado. Isso pode ser melhor visto por meio da rede 2. Em seguida, discutimos os dados das redes 1 e 2, a fim de obter uma visão geral de como esses dois grupos podem estar articulados.



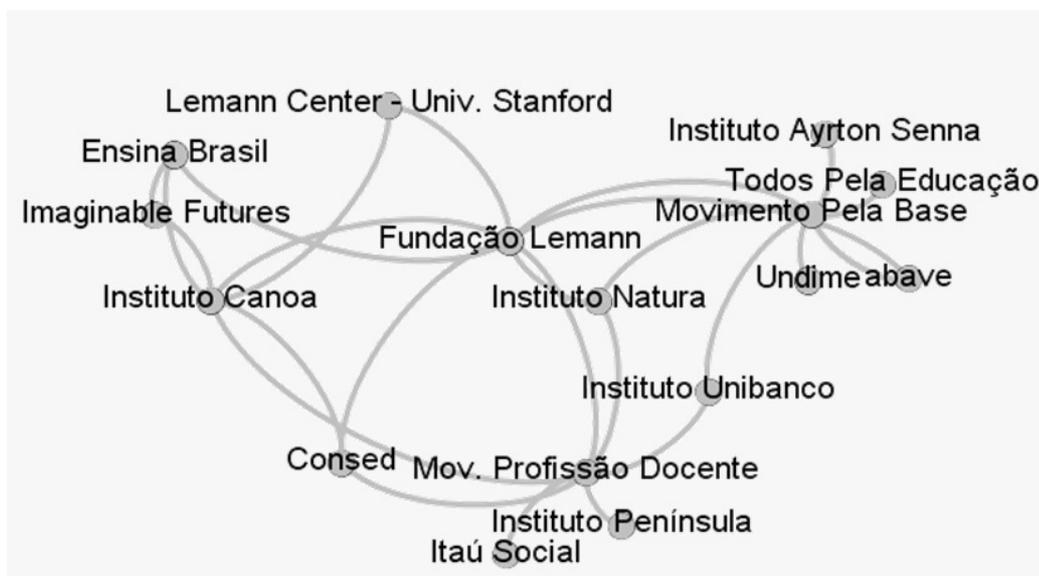
didáticos e pedagógicos, com a pretensão de melhorar os resultados nas avaliações externas, segundo suas informações (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2013).

Em seguida temos outros atores que estão ligados ao setor privado de educação, como Luiz Curi e Antônio Netto. Ambos fazem parte do conselho diretor ou são fundadores dessas instituições, tais como: Faculdade Unyleya, grupo Estácio de Sá, MUST University e Anhanguera S.A.

A rede evidencia, portanto, essas relações entre setores da sociedade civil dentro do ambiente de formulação de políticas públicas. Essa articulação, chamada por Ball (2014) de redes de políticas, coloca atores de diferentes arenas e esferas da sociedade em torno de propostas de “soluções” para problemas que seriam intratáveis com o Estado sozinho, segundo eles. A atuação da sociedade civil faz-se, portanto, presente.

Entretanto, além da própria articulação pelos membros presentes na Comissão Bicameral e assinantes do Parecer, temos também, dentro do parecer, a menção de um ator privado que subsidia a justificativa dessa diretriz. O ator, o Movimento Profissão Docente, encomendou a pesquisa ao Instituto Canoa, que averiguou as políticas adotadas em diversos outros países, numa espécie do que Ball chama de transferência e mobilidade de políticas. A primeira trata de ler a política e trazer tal qual está posta em um determinado lugar, a segunda trata de atualizar a política de um determinado contexto e trazê-la ao contexto brasileiro (BALL, 2014, p. 36).

A rede 2 busca apresentar quem são os atores que coadunam com o Movimento Profissão Docente e o Instituto Canoa. Esse movimento foi feito da seguinte forma: analisamos os *powerpoint* de relatórios de gestão dos atores e estabelecemos suas relações, através de parcerias em projetos, bem como em vista de seus apoios que ficam explícitos em seus *sites*.



Rede 2 – Elaborada a partir do Movimento Profissão Docente

A organização da rede do Movimento Profissão Docente apresenta apenas atores não-públicos, associações, organizações e outro movimento. A organização da rede apresenta uma variedade de atores que promovem ações por suas próprias pautas acerca de temas da educação básica, entre os quais o da própria formação de professores, tanto inicial quanto continuada.

Quanto ao movimento do qual partimos, o Movimento Profissão Docente, reúne organizações não-governamentais, que atuam em pesquisas nacionais e internacionais para “idealizar políticas docentes que garantam professores bem preparados, motivados e com boas condições de trabalho”, ainda segundo o movimento a sua atuação preocupa-se com a “produção e disseminação do conhecimento” no qual “as ações são pautadas por pesquisas e evidências [...] missão embasar o debate sobre políticas docentes a partir de dados claros e que mostrem o que funciona” (MOVIMENTO PROFISSÃO DOCENTE, 2022). Esse movimento aparece citado no Parecer 22/2019, por ter financiado uma pesquisa do Instituto Canoa, sobre as diretrizes internacionais de regulamentação das licenciaturas, que apresenta a experiência de países com melhores resultados na avaliação internacional no Programa para Avaliação Internacional de Estudantes (PISA). Com base nessa pesquisa, são realizadas algumas inferências a serem indicadas na produção das novas diretrizes de formação e professores, tais como: currículo focado nas experiências práticas; estrutura curricular comum nos cursos de licenciatura; avaliação e certificação docente por competências.

Os elementos centrais das novas Diretrizes para formação de professores destacados - formação prática e competências - não se constituem como uma novidade por estarem presente nas diversas reformas e políticas de orientação curricular na formação docente. Maués (2003) ao analisar a reforma na formação de professores aponta a ênfase na formação prática e a pedagogia das competências como alguns dos eixos que fazem parte de uma tendência de reformas internacionais na educação.

Ao elencar esses exemplos, percebe-se a existência de estrutura organizacional de redes para a indução das políticas educacionais na qual se insere a proposta da educação como “políticas regional e global e cada vez mais um assunto de comércio internacional. A educação é, em vários sentidos, uma oportunidade de negócios” (BALL, 2004, p. 1108). A presença desses atores, que constituem grupos de demandas por formulações de políticas, se faz notável, tanto na produção da BNCC como na Proposta da Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica.

As articulações em curso a respeito da proposição de um currículo nacional para educação básica e, mais recentemente, a produção das novas diretrizes curriculares para formação inicial, têm trazido à tona diversos atores, tais como: o próprio Ministério da Educação (MEC), o Conselho dos Secretários de Educação (CONSED), a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Movimento Todos pela Educação, Movimento pela Base, Movimento Profissão Docente. Cabe ressaltar também os sujeitos privados (fundações, empresas e outros entes privados) que são bem conhecidos por participar de

debates em torno do currículo, tais como: Fundação Lemann, Instituto Canoa, Instituto Ayrton Senna, entre outros atores nacionais e internacionais que constituem uma larga parceria desde a formulação, a elaboração e agora sua implementação.

Esse modo de governança, constituído por diversos sujeitos principalmente do setor privado, apresenta a incidência dos interesses empresariais e mercadológicos nos modos de governo na educação. Neste cenário, a formação de professores tem sido objeto de uma série de reformas e políticas educacionais alinhadas com a proposta de currículo nacional da educação básica, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e com o forte investimento das políticas de avaliação nacional e internacional externa. Entendemos que a realização deste estudo oferece reflexões acerca desses processos de produção de políticas de padronização curricular nas escolas e universidades, que instituem uma concepção de educação escolarizada com base na competitividade e no desempenho exposto pelo alcance de metas nas avaliações como prioridades em busca de uma determinada visão de qualidade na educação. Por fim, reitera-se que o foco desta pesquisa são as conexões e as articulações das redes políticas na configuração da nova governança no cenário educacional brasileiro. Tendo, desta maneira, como preocupação analisar as condições de possibilidade na produção desses discursos neoliberais na consolidação da política destinada à formação de professores BNC-Formação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Formação de professores. Reforma educacional. Etnografia de rede.

## REFERÊNCIAS

AVELAR, Marina; BALL, Stephen J. Mapping new philanthropy and the heterarchical state: The Mobilization for the National Learning Standards in Brazil. **International Journal of Educational Development**, n. 64, p. 65–73, 2017.

AVELAR, Marina. O público, o privado, e a despolitização das políticas educacionais. In: Fernando Cassio. (Org.). **Educação Contra a Barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2019, v. 1, p. 73-79.

BALL, Stephen J. Performatividade, privatização e o pós Estado. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 25, n. 89, p. 1105-1126, set/dez. 2004.

BALL, Stephen J. Novos Estados, nova governança e nova política educacional. In: APPLE, Michael W.; BALL, Stephen J.; GANDIN, Luís Armando. **Sociologia da Educação: análise internacional**. Porto Alegre: Penso, 2013.

BALL, Stephen J. **Educação Global S. A.:** novas redes de políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa: UEPG, 2014.

BALL, Stephen J.. Following policy: networks, network ethnography and education policy mobilities. **Journal Of Education Policy**, [S.L.], v. 31, n. 5, p. 549-566, 13 jan. 2016.

BASE NACIONAL COMUM. Movimento pela Base Nacional Comum. Disponível em: <http://movimentopelabase.org.br/>. Acessado em agosto de 2017.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer 22/2019, de 07 de novembro de 2019.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category\\_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=3019](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=133091-pcp022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=3019). Acesso em: 10 jan. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução CNE/CP nº 2/2019, de 20 de dezembro de 2020.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 10 jan. 2021.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para educação. **Revista e-Curriculum**. São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1550, out./dez. 2014.

MAUÉS, O. C. Reformas internacionais da educação e formação de professores. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 118, p. 89-117, 2003.

PETERS, M.; MARSHALL, J.; FITZSIMONS, P. Gerencialismo e Política Educacional em um contexto Global: Foucault, Neoliberalismo e a Doutrina da Auto-administração. In: BURBULES, Nicholas C. e TORRES, Carlos Alberto (Org.) **Globalização e Educação – perspectivas críticas**. Porto Alegre: ArtMed, 2004. p. 77-90.

PROFISSÃO DOCENTE. Movimento Profissão Docente. Disponível em: <http://profissaodocente.org.br/>. Acessado em abril de 2022.

ROBERTSON, S. A; VERGER, A. A origem das parcerias público-privada na governança global da educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 121, p. 1133-1156, out./dez. 2012.